

REVISTA CAPIM DOURADO

Diálogos em Extensão

ISSN nº 2595-7341 Vol. 6, n. 3, Set-Dez., 2023

EDUCAÇÃO POPULAR E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: REFLEXÕES NECESSÁRIAS E DESAFIOS ATUAIS

POPULAR EDUCATION AND UNIVERSITY EXTENSION: NECESSARY
REFLECTIONS AND CURRENT CHALLENGES

EDUCACIÓN POPULAR Y EXTENSIÓN UNIVERSITARIA: REFLEXIONES
NECESARIAS Y DESAFÍOS ACTUALES

Andrea Dalton¹

RESUMO: O presente artigo tem o objetivo de tecer considerações acerca da educação popular e a extensão universitária. Partimos de uma determinada concepção de educação e universidade: uma educação que vislumbre emancipação dos sujeitos e uma universidade cuja função social seja produzir conhecimento e serviços que se alinhem às demandas da sociedade, sobretudo da classe trabalhadora. Nesse contexto, e, em meio a inúmeros desafios postos na atualidade, compreendemos que a educação popular pode contribuir para a materialização de uma extensão que cumpre a função de um projeto de universidade socialmente referenciada.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Educação popular. Universidade. Extensão.

ABSTRACT: This article aims to make considerations about popular education and university extension. We start from a certain conception of education and university: an education that envisions the emancipation of subjects and a university whose social function is to produce knowledge and services that align with the demands of society, especially the working class. In this context, and amid numerous challenges today, we understand that popular education can contribute to the materialization of an extension that fulfills the function of a socially referenced university project.

KEYWORDS: Education. Popular education. University. Extension.

¹Universidade Federal do Espírito Santo. Email: andreadalton@gmail.com



RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo hacer consideraciones sobre la educación popular y la extensión universitaria. Partimos de una determinada concepción de educación y universidad: una educación que vislumbra la emancipación de los sujetos y una universidad cuya función social es producir conocimientos y servicios que se alineen con las demandas de la sociedad, especialmente de la clase trabajadora. En este contexto, y en medio de numerosos desafíos actuales, entendemos que la educación popular puede contribuir a la materialización de una extensión que cumpla la función de un proyecto universitario socialmente referenciado.

PALABRAS CLAVE: Educación. Educación popular. Universidad. Extensión.

INTRODUÇÃO

A base para pensar a educação popular e a extensão universitária é a organicidade entre projeto societário e educação. Diante disso, podemos destacar que este pressuposto, ancorado no método do materialismo histórico, nos oferece uma reflexão crítica de modo a compreender a direção da educação ao analisarmos as relações sociais que movem a humanidade.

Neste sentido, a história é construída a partir da ação consciente de seus sujeitos histórico-sociais que possuem objetivos e projetos de sociedade que entram na disputa pela direção da sociedade como um todo, em vez de serem um mero desenrolar de determinações econômicas e sociais.

Fernandes (1979, p. 5) nos ajuda a avançar dizendo que “[...] a história nunca se fecha por si mesma e nunca se fecha para sempre. São os homens, em grupos e confrontando-se como classes em conflito, que “fecham” ou “abrem” “os circuitos da história”. Desde modo, a educação no modo de produção capitalista vem sendo desenvolvida a partir da construção histórica dos sujeitos e seus projetos societários. Portanto, teremos uma educação moldada pela ampliação e consolidação do capitalismo, onde caracteriza-se pela fragmentação generalizada: da educação e dos sujeitos. Essa caracterização é vital para o sistema vigente. De acordo com os escritos de Lombardi (2011,p.9), podemos aferir que:



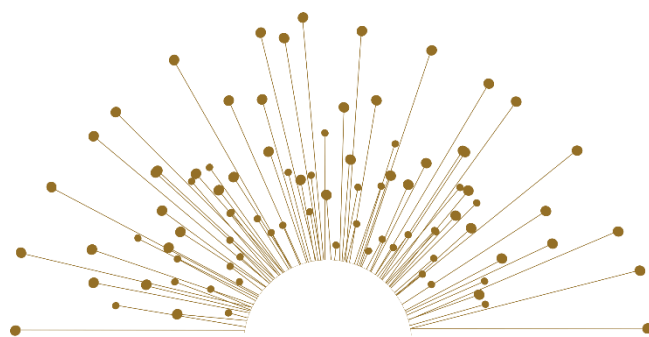
A divisão do trabalho consubstancial no processo de implantação do modo de produção capitalista é o eixo sobre o qual articulam as colocações de Marx e Engels, em torno do tema da educação e ensino. Estabelece uma divisão igualmente radical, entre tipos de aprendizagem prolongando-se em uma divisão social e técnica que interfere no desenvolvimento do indivíduo e constitui o ponto chave dessa trama em que se produz a exploração dos trabalhadores.

Neste contexto, com prevalência do capital e sua estrutura econômica e social, o trabalho torna-se alienado, considerando as condições de exploração dos trabalhadores e a divisão do trabalho manual e intelectual. Neste ínterim a ciência e a técnica tornam-se propriedades do capital sendo, portanto, incorporadas às máquinas. A complexidade crescente das máquinas, resultante da incorporação da ciência e técnica, demandou não apenas a expansão da mão de obra, mas também a qualificação para as operar. Essa demanda criada pelo capital levou à necessidade de ampliar e consolidar o sistema escolar institucionalizado (LOMBARDI, 2011).

Esse é o cenário em que a educação e a estrutura de ensino foram demandadas no processo de desenvolvimento capitalista, submetendo aos seus interesses de expansão e ampliação de seus lucros. Isso resultou na exploração da força de trabalho humana pelo capital. Para a classe trabalhadora, restou o assalariamento da sua força-de-trabalho, como sendo a única forma de sobrevivência nessa ordem societária.

Porém, esse processo, longe de ser um mero desenvolvimento natural das coisas, enfrentou resistências. E neste embate entre ideias e sujeitos, no processo de luta de classes, foi possível desenvolver uma concepção de educação contraposta à lógica vigente. Da necessidade de emancipação humana, inaugurada pelas práxis marxiana e marxista, foi possível estabelecer uma concepção de homem completo, em oposição à concepção de homem incompleto gerado pelo capitalismo.

O homem completo educado nas artes do fazer (trabalho não alienado) e do



REVISTA CAPIM DOURADO

Diálogos em Extensão

ISSN nº 2595-7341 Vol. 6, n. 3, Set-Dez., 2023

falar (política de emancipação), cujas premissas já estão postas no âmbito da sociedade capitalista, mas só se realizará historicamente na sociedade socialista, marcada pela ausência da propriedade privada dos meios de produção. (Bittar;Ferreira, 2008, p. 635).

Baseando-se nessa perspectiva, a concepção de educação que se incorpora ao movimento da classe trabalhadora, fundamenta-se a partir de princípios e valores humanistas que se vinculam a uma outra ordem societária. Exatamente por ser totalmente antagônica e se contrapor à alienação produzida pelo capital e sua estrutura de produção e reprodução; que possui a centralidade na propriedade privada dos meios de produção, resulta na incompletude do ser humano, fragmentado na sua realização a partir do trabalho. Outra premissa importante é que a educação,

Tem como um dos seus corolários o processo de produção e reprodução de conhecimentos inerentes às mediações necessárias à práxis que resulta na humanização dos homens e, por consequência, o conhecimento clássico acumulado historicamente pela humanidade é tomado como meio essencial e predominante da ação educativa. Assim, o conhecimento humano – científico, tecnológico e cultural – constitui-se em elemento superestrutural engendrado nas múltiplas e contraditórias relações sociais que os homens estabelecem entre si e com a natureza durante o processo de realização das suas condições materiais e espirituais de existência. Nesta perspectiva, o conhecimento, como representação abstrata da realidade concreta do mundo, expressa as duas dimensões da práxis social dos homens, isto é, a relação dialética entre teoria e prática (Bittar; Ferreira, 2008, p. 636).

Assim, o conhecimento atua para estabelecer conexões, atribuir significados e fornecer explicações das relações de produção material construídas historicamente pelos homens, a partir das suas formações social, econômica, cultural e política.

Neste rastro, e com base nas formulações da tradição marxista, é possível destacar que esse acúmulo de conhecimento do real, reconhecido como patrimônio cultural da humanidade, sofre processos de seleção por parte das instituições de educação de caráter ideológico.

Portanto, é importante enfatizar que a educação e a universidade se

desenvolvem no bojo das relações sociais capitalistas e, como tal, estão repletas de contradições e de projetos antagônicos em constante disputa, em função da sua contradição central, que é a subordinação do trabalho aos interesses de exploração e, conseqüentemente, na divisão fundamental entre as classes.

Desta forma, a formulação de Mézáros (2009) nos ajuda a descrever a formatação que a educação assume sob o comando do capital.

A natureza da educação – como tantas outras coisas essenciais nas sociedades contemporâneas – está vinculada ao destino do trabalho. Um sistema que se apoia na separação entre trabalho e capital, que requer a disponibilidade de enorme massa de força de trabalho sem acesso aos meios para sua realização, necessita, ao mesmo tempo, socializar os valores que permitem a sua reprodução. Se no pré-capitalismo a desigualdade era explícita e assumida como tal, no capitalismo – a sociedade mais desigual de toda a história -, para que se aceite “que todos são iguais perante a lei” se faz necessário um sistema ideológico que proclame e inculque cotidianamente esses valores na mente das pessoas. (Mézáros, 2009, p. 16).

É com base nessa direção analítica que construiremos as reflexões que abordam a temática da universidade, extensão e educação popular: situando-as no contexto das múltiplas mediações da realidade brasileira e no processo de luta de classes. Assim, o objetivo central deste artigo será trazer reflexões que delineiam as contribuições que a educação popular pode oferecer à extensão e à universidade referenciada socialmente, a partir de um projeto educacional classista. Isso envolverá a consideração das dimensões de historicidade, totalidade e contradição. Contemplar essa abordagem analítica implica identificar os desafios impostos pela vinculação orgânica com o movimento da realidade, enfrentando os impactos das transformações sociais, econômicas, políticas, culturais, agudizados a partir da direção ultraneoliberal do Estado, sobretudo sob o comando do governo Bolsonaro e sua desastrosa gestão da pandemia e ainda, pelas contradições e ambigüidades apresentadas pelas diretrizes da curricularização, onde o debate da extensão é central.

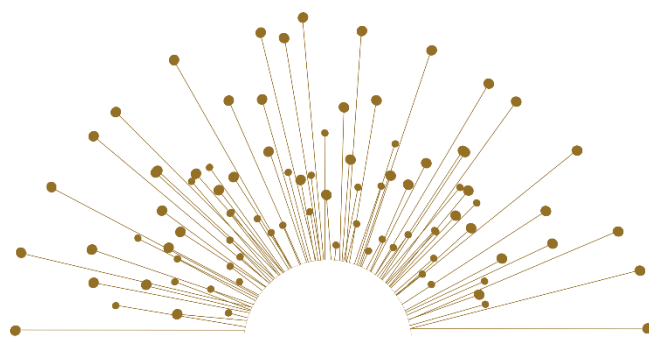
RELAÇÕES SOCIAIS, UNIVERSIDADE E EXTENSÃO: A FUNÇÃO SOCIAL EM XEQUE

Prosseguindo com os objetivos do presente artigo, realizaremos uma breve reflexão acerca da função social da universidade em seu caráter público e as possibilidades de fortalecimento desta, a partir da extensão e da educação popular. Tendo por referência as formulações de Chauí (2003) compreendemos a universidade enquanto uma instituição social, e como tal, é parte e expressão das relações sociais. Desta forma, é preciso analisar a construção da universidade no contexto das contradições históricas que mediam o processo de luta de classes e seus projetos, sob a égide do capital.

Sendo assim, ao longo do processo histórico foi e é, um lugar de práxis, dos debates acerca das imposições colocados pela realidade social; é um lugar que constrói conhecimento e posições em torno de projetos que disputam a sua direção. Portanto, possui legitimidade, reconhecimento e autonomia na materialização das suas atribuições e funções (CHAUÍ, 2003).

Ao longo do processo histórico e da luta de classes, a universidade passou a ser caracterizada pelos princípios democráticos do direito social e da cidadania, vinculando-se a estes princípios democráticos do saber. Sua função, passa a ser a de socializar o patrimônio intelectual e cultural da humanidade; essa conquista representa uma vitória dos movimentos dos trabalhadores. Farage, Silva e Dias (2022) corroboram com esse aspecto quando afirmam:

A premissa adotada é que as instituições públicas de ensino superior, como parte do sistema de políticas públicas conquistado pelos trabalhadores brasileiros, em especial a partir da CF/88, têm como centro de sua atuação a garantia de direitos às parcelas mais pauperizadas da população, em especial àqueles segmentos da classe mais atingidos com a desigualdade inerente à sociabilidade do capital. Nessa



REVISTA CAPIM DOURADO

Diálogos em Extensão

ISSN nº 2595-7341 Vol. 6, n. 3, Set-Dez., 2023

perspectiva, a Universidade Pública Brasileira constitui-se com o um patrimônio conquistado pela sociedade que deve cumprir, a partir do tripé ensino-pesquisa-extensão, a função de assegurar a integração social, acesso aos bens culturais e aos conhecimentos socialmente produzidos pela humanidade, bem como, atuar como espaço de produção de tecnologia para o desenvolvimento social. (FARAGE, SILVA; DIAS, 2022, p. 107)

A materialidade dessas premissas, é atribuída pelo chamado tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão. Importante destacarmos que a extensão foi pauta de reivindicações dos movimentos populares, sobretudo os ligados ao movimento estudantil, a partir dos anos 1960, e, por isso, incorporada somente e tardiamente, na Constituição de 1988 (GADOTTI, 2017).

Neste contexto, a extensão foi parte das lutas populares em torno da redemocratização contra a ditadura empresarial militar e contra a concepção “bancária” de educação e universidade (FREIRE, 1996). Essa perspectiva de cunho emancipatório atrelada a extensão ganha forma e conteúdo por meio da LDB de 1996.

A luta e a reivindicação pelo reconhecimento dos trabalhos de extensão universitária passavam, no âmbito da perspectiva de uma educação emancipatória, pelo compromisso de fortalecer os laços entre a universidade e seu entorno, em especial intensificando o papel social da instituição pública de ensino, a partir do desenvolvimento de ações voltadas para comunidades e territórios populares, quilombolas, ribeirinhos, populações em situação de opressões, mulheres vítimas das mais diversas formas de violência, negros e negras, movimentos sociais e todos os demais segmentos invisibilizados e pelo poder público. Também pela extensão universitárias e investiu em formações continuadas para profissionais já formados e em formação complementar para estudantes de graduação e pós-graduação. (FARAGE, SILVA; DIAS 2022, p. 111-112)

Contudo, essa concepção será contestada pelos interesses do capital sob o argumento da crise. As formulações de Netto e Braz (2007) ao esmiuçar o tema, clarificam melhor sobre esse aspecto ao afirmarem que

“[...] a análise teórica e histórica do MPC comprova que a crise não é um acidente de percurso, não é aleatória, não é algo independente do movimento do capital. Nem é uma enfermidade, uma anomalia ou uma excepcionalidade que pode ser suprimida no capitalismo. Expressão concentrada das contradições inerentes ao MPC, a crise é constituída pelo capitalismo: “não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise”. (NETTO, BRAZ, 2007 p. 157)

Ainda sobre a crise capitalista, é importante a reflexão de Hildemar Luiz Rech no prefácio do livro de Bevilaqua (2011):

Não há dúvida que as crises e colapsos do sistema capitalista são provocados pelo acirramento de suas contradições internas, processo este que não representa meramente uma crise cíclica, mas compreende também elementos estruturais de esgotamento. Mas, a ideologia dominante consegue realimentar o funcionamento do sistema mediante uma narrativa que evita despertar a população trabalhadora de seu sonho anestésico. Isto se torna facilitado mediante a aplicação de choques que provocam pânico, via ajustes estruturais da economia, que implicam em cortes drásticos em benefícios sociais, em salários e em empregos públicos e privados, intervencionismo de guerra que traumatiza e quebra a resistência dos segmentos mais dominados e explorados no quadro da classe trabalhadora. (BEVILAQUA, 2011, p. 21).

Assim, tendo o Estado como sendo o executor das necessidades de expansão do capital, onde impedir a emancipação humana é fundamental, a educação resultado da disputa será uma importante mercadoria a serviço da reprodução ideológica do sistema.

Nesse quadro, o ensino superior no Brasil tem sido protagonizado por políticas que reafirmam a direção neoliberal assumida pelo Estado brasileiro, impondo políticas que sustentam a mercantilização dos direitos sociais. Essa tendência faz parte do conjunto de estratégias que o capital utiliza para “superar” sua crise estrutural.

Lima (2013) destaca e analisa três dessas estratégias: 1) Subordinação da ciência à lógica mercantil; 2) Busca por novos campos de lucratividade; 3) Busca pelo consenso posto pelo projeto burguês por meio da reconfiguração do ensino superior. A autora sustenta que, em países periféricos como o Brasil, o dito mercado educativo torna-se a principal estratégia pelo viés do enaltecimento das inovações tecnológicas que permitem ações de “venda de serviços educacionais”.

Essas inovações estimulam uma grande competitividade, o empreendedorismo e o produtivismo, que impactam grandemente nas políticas de pós-graduação e pesquisa. Essa subordinação apresenta-se como a “ponta de lança” das demais estratégias. Com essas “novidades”, têm sido possível a abertura, de forma vertiginosa, de instituições de ensino superior privadas, colocando a educação como um campo bastante lucrativo para grupos e “frações internacionais e locais da nova burguesia de serviços educacionais” (LIMA, 2013, p. 11). O resultado é a reconfiguração do ensino superior brasileiro como educação terciária. Sob o engodo da “democratização” do ensino superior, o Brasil adota essa estratégia do Banco Mundial, difundindo a ideia de cursos sequenciais de curta duração e até mesmo à distância, que podem ser considerados como terciários, ou seja, amplia-se a noção de ensino superior universitário para todo e qualquer curso pós ensino médio.

É importante ressaltar que essa é uma tendência mundial. Nos países centrais esse processo é conduzido pelo Tratado de Bolonha². Em países periféricos, como o Brasil, esse conjunto de medidas para o ensino superior é influenciado por este

² Declaração conjunta assinada em Bolonha pelos diversos ministros de educação do bloco europeu, datada de 19/06/1999.

processo. A ideia central é internacionalizar a educação tendo como base tornar a educação mundial útil ao processo de valorização do capital.

Lima (2013) conclui, de forma precisa, o lugar de destaque do Estado neste processo.

O papel histórico do Estado brasileiro na condução da política de expansão da educação superior é, portanto, fundamental. É o Estado que cria o arcabouço jurídico para operar esta política, autorizando e credenciando as IES privadas, bem como legalizando a privatização interna das IES públicas e estimulando o produtivismo e o padrão mercantil da pesquisa e da produção de conhecimentos. As concepções de educação superior – reduzida à educação terciária – e de universidade – como instituição de ensino e/ou instituição subsumida à lógica mercantil – são compartilhadas por reitores das universidades e por parte dos docentes dessas IES (LIMA, 2013, p. 12).

Nesse sentido, podemos aferir a partir de Lima (2013), que historicamente o Brasil expande o ensino superior atrelado às necessidades da capital. Assim, a autora identifica três fases no processo de desenvolvimento do ensino superior brasileiro: uma primeira, classificada como o momento de gênese e desenvolvimento, cuja marca histórica é a da expansão do acesso a partir da necessidade de formar letrados com aptidões gerais. Desse processo, a autora destaca o período ditatorial. Segundo a autora, a expansão conduzida pelo regime empresarial militar redefiniu a universidade com o objetivo de controlar a comunidade acadêmica; uma segunda fase ocorreu com o governo Fernando Henrique, na qual a autora identifica um significativo processo de empresariamento do ensino superior e, ainda, a privatização interna das universidades públicas, embasadas pelo ideário neoliberal. E uma terceira fase, com os governos Lula que, de acordo com a autora, num estágio de neoliberalismo periférico, deu continuidade à contrarreforma do ensino superior, cujas ações foram, sobretudo, de aprofundamento do empresariamento da educação e da certificação em larga escala.

Nestes termos a universidade e a sua função é duramente impactada uma vez que, com todos esses ataques a sua materialização tendo o seu caráter público, gratuito é asfixiado, pois adere a lógica mercadológica em seu interior, tornando-se uma organização social e não uma instituição social. Neste cenário teremos a fragmentação, a flexibilização competitiva como princípios responsáveis pelo desmonte da organicidade entre ensino, pesquisa e extensão (CHAUÍ, 2003).

Essa lógica pressupõe a rápida absorção das pesquisas da universidade para o mercado. Isso também significa que o que está ocorrendo nas universidades é a retirada dos recursos do Estado, em detrimento dos recursos privados com duplo interesse. Fornecer soluções por meio de pesquisa para o mercado e ainda fornecer na mesma medida e velocidade a formação de mão de obra para o mercado de trabalho. Processando trabalhadores cada vez mais operacionais e menos reflexivos. A partir disso, o que observamos é um total esvaziamento da reflexão crítica. Tudo que representa a reflexão, o questionamento é refutado pela fragmentação, pelas saídas individuais, pela objetividade, pelo específico e pelo virtual. (FARAGE, DALTON, 2021 p. 136)

Retomando as reflexões de Florestan que introduz as reflexões deste artigo, “essa realidade não é o fim da história”, acreditamos que nessa disputa temos muitos desafios, mas também possibilidades. Nesse sentido compreendemos que a educação popular possui contributos importantes e coerentes com o projeto de educação e universidade que defendemos.

DESAFIOS ATUAIS E O LUGAR DA EDUCAÇÃO POPULAR NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Pensar, defender e lutar por uma educação, universidade e uma extensão que coaduna com um projeto emancipatório com horizonte de uma outra ordem societária

é permeado por muitos desafios. Desafios esses atrelados às relações sociais e suas contradições.

Os desafios atuais são exacerbados pelo caráter ultraneoliberal que se intensificou com Temer e atingiu seu ápice com o fascismo de Bolsonaro.

A crise sanitária causada pela pandemia de Covid-19 agravou as contradições do capital, trazendo para o cenário nacional um ataque total aos direitos sociais. A gestão criminoso do governo revelou, mais uma vez, o papel do estado e seu caráter de favorecer os interesses do capital em detrimento da vida dos trabalhadores. Os ataques promovidos pela agenda ultraneoliberal na educação, com cortes, suspensão de bolsas e a implantação do ensino remoto, atrelados ao discurso negacionista do governo, deflagraram uma verdadeira guerra à educação, às universidades e aos professores, impondo grandes desafios à perspectiva crítica, laica e presencial.

Considerando que o governo Bolsonaro, desde seu início, intensificou o processo de sucateamento da educação pública superior, merecem destaque as tentativas de uma nova reconfiguração da educação superior, que atingem política e pedagogicamente as universidades, como: i) o projeto Future-se, lançado em julho de 2019¹⁴; ii) as intervenções nas eleições de reitores/as, que já atingem cerca de 22 instituições; iii) o projeto Reuni Digital, apresentado em 2021; iv) a criação da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Afebras), em fevereiro de 2022¹⁵, para buscar competir com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e aglutinar os/as reitores/as interventores/as; e v) o maior corte de verbas dos últimos 13 anos. Ainda assim, merece registro que esse processo aprofunda-se ancorado em experiências e ações anteriores, forjadas no âmbito do processo de refuncionalização do Estado, que tem suas raízes no projeto neoliberal ainda nos governos Fernando Collor de Melo (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), com o projeto do Ministério de Administração e Reforma do Estado (MARE), com suas diretrizes espalhadas em todos os demais governos.



(FARAGE; DUARTE, 2022, p. 16)

O resultado dessa agenda ultraneoliberal, será o desfinanciamento da educação e das universidades, trazendo desafios de várias ordens: precarização do trabalho como um todo, adoecimento, evasão, ameaça real de reforma administrativa, produtivismo, individualismo exacerbado.

Traspadini (2023) ao se voltar para a análise dessa dura realidade identifica e formula questões de extrema relevância para os que defendem o caráter crítico e emancipatório da educação e da universidade,

A produção de conhecimento na atual fase do capitalismo, de exacerbação da acumulação do capital com intensificação da superexploração da força de trabalho e da exclusão real do mundo do trabalho formal, está parada ante um precipício. [...]. Educadores e educandos vivenciam na vida pessoal e no âmbito acadêmico do estudo um desencontro nos tempos da produção, gerando uma tendência individual ao isolamento/sofrimento. A vida acadêmica, pequena fração da vida em sua totalidade, está, ante a ofensiva neoliberal contemporânea e após a traumática experiência do conservadorismo do violento governo Bolsonaro, correndo rápido demais para que os sujeitos possam acompanhá-la. No Brasil, o período pandêmico, ao ser acompanhado pelo período de governo Bolsonaro, tanto aumentou as mortes físicas, como expandiu a asfixia do campo crítico (TRASPADINI, 2023, n.p).

Esse aspecto é importante pois, conforme mencionado anteriormente, esses impactos não se restringem apenas à esfera objetiva, mas também afetam subjetivamente os sujeitos da classe. Após o período pandêmico, marcado por pânico, trauma e ameaça à estabilidade, a resistência foi quebrada, provocando saídas imediatas e individualizadas, competição entre pares e evasão. Um cenário de "salve-se quem puder".

No que se refere à extensão, enfrentamos os desafios impostos pela

curricularização. Se, por um lado, é positiva a inserção de 10% da grade curricular total destinada à extensão, por outro, encontramos tensões e ambiguidades quanto ao princípio público e gratuito da universidade, especialmente ao expor nas suas diretrizes a possibilidade de cobrança por serviços prestados via extensão, através de parcerias público-privadas. Farage, Silva e Dias (2022) ao analisarem esse aspecto, identificam o artigo 3 da CNE (2018) como sendo a concretização da questão na norma.

Um artigo genérico que não reafirma a educação pública e não elimina a possibilidade de venda de serviços, ao contrário, assim como o conjunto da resolução, abre espaço para as parcerias público-privada separa múltiplas possibilidades de venda e cobranças a partir da extensão. (FARAGE; SILVA; DIAS, 2022, p. 112)

Essas diretrizes foram aprovadas sem o devido debate amplo e democrático com a comunidade acadêmica, e ainda, sem considerar aspectos das condições de trabalho e os impactos gerados e que ainda irão gerar do desfinanciamento da educação como todo. Os impactos, desse processo, serão significativos: consolidação da lógica mercadológica; submissão aos interesses de quem paga e por fim, um desmonte da educação e sua finalidade social e cultural.

Marx e Engels(1999) em o Manifesto Comunista elencam que uma das tarefas necessárias a supressão do capital é a educação. Porém não uma educação qualquer e sim, uma comprometida com a formação da classe em si e para si, uma educação popular, com e para a classe. Neste sentido, buscamos em Silveira (2007) a síntese sobre o conjunto de princípios e valores da educação popular.

- Ela é investimento político que constrói um lugar voltado para o processo de conhecimento da realidade;



ISSN nº 2595-7341 Vol. 6, n. 3, Set-Dez., 2023

- É um espaço que pode possibilitar o trânsito do senso comum ao bom senso, usando os referenciais gramscianos. Lugar de apropriação individual e coletiva, no qual está presente uma dimensão ideológica fundamental; a de compreender a base de estruturação da vida social sob o capitalismo e da conformação possível de outras alternativas de organização da vida social;
- É espaço formador das classes trabalhadoras, que propicia a conformação de um outro NÓS, antagônico ao consenso hegemônico forjado pelas classes que detêm o poder. Portanto, espaço no qual possam ser experimentados novos valores, novos pensares, numa dimensão de práxis na qual, ativamente se busca a elaboração da realidade a partir de uma perspectiva humano-social;
- Finalmente, um espaço no qual os sujeitos possam exercer o singular exercício de suas próprias sínteses, redefinindo e recriando referências de vida, sentidos novos à sua existência individual e coletiva (SILVEIRA, 2007, p. 25).

Com isso, observamos que essa perspectiva de educação popular é coerente com o projeto de educação e universidade que considera o aspecto de classe em sua finalidade. Trata-se de uma educação que busca contribuir com a formação crítica do sujeito, superando o senso comum, atuando em sua consciência.

A educação popular foi e continua sendo uma estratégia complementar a mobilização e organização dos movimentos populares e que muito contribuiu para a construção da concepção de uma educação emancipatória. É importante destacar outro aspecto relevante da educação popular: sua oposição à lógica conservadora no processo pedagógico de ensino-aprendizagem. A educação popular parte de uma abordagem pedagógica que atua com o sujeito, e não sobre ele, construindo coletivamente sínteses.

Neste contexto, entendemos que a extensão universitária, como espaço privilegiado para a realização da função social da universidade, pode, por meio das contribuições da educação popular, ampliar e fortalecer o acesso e a interlocução da população com bens e serviços. Além disso, pode atuar na contribuição e

fortalecimento dos sujeitos enquanto classe que luta por seus direitos, sendo a educação e a universidade parte desses direitos.

Destacamos ainda, que muito embora a educação popular não resolva sozinha os muitos desafios postos a formação da consciência da classe trabalhadora, ela se constitui como uma mediação, estratégia no fortalecimento da sua luta e resistência. Isso ocorre porque busca, por meio da práxis, articular necessidades e reivindicações imediatas de sobrevivência a uma consciência crítica de superação da ordem capitalista (IASI, 2021).

Concluimos, portanto, cientes de que a educação por si só não é capaz de transformar a realidade, mas compreendemos que sem uma educação libertária será impossível transformar (FREIRE, 2021). Sabemos que os inúmeros desafios enfrentados exigem organização, mobilização e ações concretas para serem superados. A universidade tem a missão essencial de contribuir com esses processos, formando sujeitos, inovando e construindo soluções para as necessidades da sociedade e da classe trabalhadora. Dessa forma, a interlocução da universidade com a sociedade ocorre por meio de trabalhos extensionistas, que precisam estar alinhados com um projeto educacional pautado em princípios e valores radicalmente democráticos e autônomos. As possibilidades existem, e acreditamos que incorporar a perspectiva da educação popular aos trabalhos de extensão revitaliza e fortalece o projeto de educação e universidade que almejamos, enquanto patrimônio público da sociedade e necessidade da classe. Esse processo se realiza cotidianamente, de forma coletiva, através do diálogo com os pares, a sociedade e todos os segmentos e frações da classe, tratando os sujeitos como agentes de sua própria história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extensão universitária desempenha um papel fundamental na universidade:



ela é o elo entre o ensino, a pesquisa e a sociedade em geral. Por meio do trabalho desenvolvido, a universidade realiza sua função social, socializando conhecimento, realizando sua práxis e atendendo às demandas da sociedade, retroalimentando-se numa via de mão dupla. Esta concepção está alicerçada em um determinado projeto de educação, o qual expusemos e defendemos ao longo deste artigo, de cunho crítico, classista e voltado para a emancipação humana. Uma emancipação que tem no horizonte a construção coletiva de outra ordem societária. Nessa direção, enfrentamos muitos desafios, decorrentes dos ataques e cortes na educação e nas universidades, o que nos leva a enfrentar essa realidade, buscando a qualificação e o fortalecimento de estratégias que visem resgatar essa perspectiva.

Nesse sentido, compreendemos que a educação popular contribui significativamente, uma vez que se alinha com uma educação emancipadora e complementa estrategicamente a formação da consciência dos sujeitos. Por fim, reconhecemos a necessidade de ultrapassarmos os muros da universidade e fomentarmos ações junto a segmentos da classe trabalhadora, para assim, engajar a sociedade na luta e na defesa da universidade pública, gratuita, de qualidade, laica, presencial e socialmente referenciada.

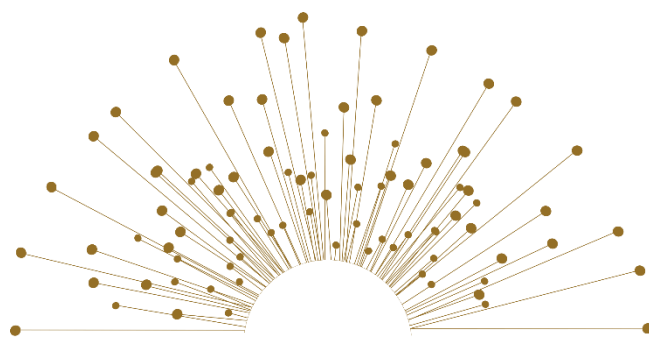
REFERÊNCIAS

BEVILAQUA, Aluísio Pampolha. **A crise do capital em Marx e suas implicações nos paradigmas da educação**: Contribuição ao Repensar Pedagógico no século XXVI. Rio de Janeiro: Inverta, 2011.

CHAUÍ, Marilena. *A Universidade Pública sob nova perspectiva*. **Revista Brasileira de Educação**, Nº24, Set, Out, Nov, Dez 2003.

_____. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

FARAGE, Eblin; DALTON, Andréa. M. Extensão universitária e periferias: reflexões



REVISTA CAPIM DOURADO

Diálogos em Extensão

ISSN nº 2595-7341 Vol. 6, n. 3, Set-Dez., 2023

sobre experiências de educação popular e seus desafios. **Revista virtual en_fil - encontros com a filosofia**, v. 09, p. 127-147, 2021.

_____. DUARTE, Emerson. Retorno presencial e financiamento do ensino superior público: lutar e resistir para não passar a boiada. **Universidade e sociedade** (brasília), v. 02, p. 06-19, 2022.

_____, Gomes da Silva, Thais., & dos Santos Dias, Sabrina. (2023). EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE PÚBLICA: UMA EXPERIÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NA UFF. **Capim Dourado: Diálogos Em Extensão**, 5(3), 104–124. <https://doi.org/10.20873/UFF>

FERNANDES, Florestan. **Circuito Fechado**: quarto ensaio sobre o “poder institucional”. São Paulo, HUCITEC, 1979.

FERREIRA Jr, A.; BITTAR, M. A educação na perspectiva marxista: uma abordagem baseada em marx e Gramsci. **Interface – Comunic., Saúde, Educ.**, 2008. ISSN 1414-3283. ISSN online 1807-5762.2008.

FREIRE. Paulo. **Política e Educação/Paulo Freire**. organização Ana Maria de Araujo Freire. 7 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra. Pp.57-76. 1996

GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária**: para quem? Disponível em <www.institutopaulofreire>. 2017. Acesso em 09 de setembro de 2021.

IASI, Mauro Luís. Educação Popular e Consciência de Classe. In: (Org.). FARAGE E.; HELFREICH F. **Serviço Social, favelas e educação popular**: diálogos necessários em tempos de crise do capital. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020

LIMA, Kátia. Capitalismo dependente e “Reforma universitária consentida”: a contribuição de Florestan Fernandes para a superação dos dilemas educacionais brasileiros. In: **Educação Superior**: uma reforma em processo. São Paulo: Xamã, 2006.

_____. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. In: **Serviço Social e educação**. 2ª edição – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.



LOMBARDI. José Claudinei (org). **Textos sobre educação e ensino** – Karl Marx e Friedrich Hengels. Campinas, SP: Navegando, 2011.

MÉSZÁROS. Istiván. **Educação para além do Capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007.

MARX Karl; Engels, Friedrich. **O manifesto comunista**. 5 ed. São Paulo:Ed. Paz e Terra, 1999.

SILVEIRA. Maria Lídia Souza. Formação humana e política: dimensões fundamentais em projetos de educação que afirmam horizontes de nova sociabilidade. In: **Educação Popular e Leituras do mundo**: distintos registros de experimentos junto às classes populares. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pró-reitora de extensão, 2007.

TRASPADINI, Roberta; SOUZA. Cristiane Sabino de. A Educação Popular e as radicalidades históricas na América Latina. In: **Serviço social, favelas e educação popular**: diálogos necessários em tempos de crise do capital. 1º Edição Eletrônica. Navegando: Uberlândia/MG

_____. O difícil ato de estudar em tempos de intensificação do roubo do tempo. **Le Monde Diplomatique Brasil**, online, 9 de agosto de 2023. <https://diplomatique.org.br/o-dificil-ato-de-estudar-em-tempos-de-intensificacao-do-roubo-do-tempo/>